



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1004914-51.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO PREVIDENCIÁRIO**  
 Requerente: **José Roberto Mendes de Oliveira**  
 Requerido: **INSS - Instituto Nacional do Seguro Social**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

**José Roberto Mendes de Oliveira**, qualificado nos autos, ajuizou pedido de auxílio-acidente em face do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, igualmente qualificado nos autos, aduzindo, em síntese, que tem histórico profissional há mais de vinte anos como ajudante industrial, operador industrial, preparador ajustador de máquinas júnior e mestre de estamparia, em locais extremamente barulhentos, conforme perfil profissiográfico previdenciário, que aponta níveis de ruído nunca inferiores a 93 decibéis.

Sustenta que os trabalhadores que laboram há tempos, como é o seu caso, não utilizavam qualquer proteção para os ouvidos, em razão do controle de gastos que sempre nortearam a classe empresarial.

Afirma que exame realizado constatou "perda auditiva neurossensorial de grau moderado nas frequências de 250 à 8KHz do ouvido direito e esquerdo. O exame foi retestado com warble devido ao paciente referir zumbido e dificuldade para distinguir estímulos, com os mesmos resultados. A discriminação auditiva (IRF) encontra-se melhor que a média dos limiares". Alega que as perdas são quase simétricas e que há nexo causal



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
4ª VARA CÍVEL  
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

entre as perdas auditivas e o trabalho.

Pede, destarte, a concessão de benefício de auxílio-acidente.

Contestação do INSS aduzindo, em suma, que os benefícios destinados a assegurar a cobertura de eventos causadores de doenças, lesões ou invalidez, encontram-se previstos na Lei n.º 8.213/91 (arts. 42 e 59), dependendo da caracterização da incapacidade ser temporária ou permanente. Em síntese, afirma que os requisitos para o gozo do benefício são a qualidade de segurado (art. 102 e art. 15, ambos da Lei nº 8.213/91); carência de 12 contribuições (art. 24, caput e parágrafo único, e art. 25, I da Lei nº 8.213/91), incapacidade temporária (casos de auxílio-doença) ou total, permanente. Sustenta que o autor deve demonstrar que está procurando meios de se recuperar, sob pena de onerar indevidamente o INSS. Os arts. 42, §2º e 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 vedam a concessão de benefícios por incapacidade em casos de preexistência. A mera verificação de acidente, tomado este no sentido amplo, não importa, necessariamente, na caracterização de acidente do trabalho para fins previdenciários. É necessária a constatação do acidente, da lesão, e que dela decorra morte, perda ou redução da capacidade laborativa. Ainda assim, disso não decorre, necessariamente, obrigação previdenciária de se conceder a prestação-benefício denominada auxílio-acidente. Há, ainda, que ser atingido um quarto passo do iter normativo: que a perda ou redução funcional irradie efeitos sobre a capacidade laborativa específica, ou seja, que haja perda ou redução da capacidade para o trabalho habitualmente exercido pelo acidentado. Há categorias de empregados que não se habilitam a receber esse benefício. No caso dos autos o benefício é indevido pois a parte não demonstrou por meio de documentos hábeis a sua incapacidade atual, não



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
4ª VARA CÍVEL  
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

tendo se desincumbido de seu ônus probatório, pois juntou aos autos apenas atestados e documentos particulares, produzidos fora do crivo do contraditório. Ademais, conforme apurado no bojo do processo administrativo, a perícia médica da Autarquia Previdenciária constatou que a parte autora não está incapacitada para o trabalho, motivo pela qual cessou/indeferiu o benefício. Considerando que a perícia administrativa goza de presunção de legitimidade e veracidade, não afastada pela parte e seus documentos produzidos unilateralmente, deve o pedido ser julgado improcedente. Não houve a comprovação de nexo de causalidade entre o alegado acidente/doença profissional e a alegada incapacidade. Ante o exposto, deve o pedido ser julgado improcedente (fls.41/49).

Foi juntado aos autos laudo pericial (fls.151/155), sobre o qual se manifestou o autor, que insiste na procedência de seu pedido e pediu esclarecimentos.

Os esclarecimentos foram prestados (fl.173/174) e sobre eles permitiu-se manifestação das partes.

É o relatório.

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

A prova oral, no caso em tela, é desnecessária e não será apta a afastar o resultado da prova pericial, que concluiu por redução da audição e da capacidade laborativa, mas sem nexo causal com o trabalho (fls.155).

Concluiu o perito que se trata de patologia que não tem qualquer relação com o trabalho desempenhado pelo autor.

Afirmou o *expert* que não há comprovação de haver perda auditiva induzida pelo ruído. São várias as causas possíveis de causarem essa perda, sendo a mais comum a infecção (fls.174).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
4ª VARA CÍVEL  
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Sabe-se que o auxílio-acidente é indenização pagável ao segurado quando comprovado que as lesões apresentadas, e consolidadas, são originárias de acidente do trabalho, implicando redução da capacidade funcional.

Acidente do trabalho, conceitua o artigo 19 da lei mencionada, “é o que decorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”.

Para hipóteses que tais, de redução de capacidade sem relação com o trabalho, os benefícios cabíveis são previdenciários e não acidentários. A competência para apreciar pedidos previdenciários, como se sabe, é da Justiça Federal.

Não há razão para que se faça outra perícia, tendo em vista ser conclusivo o laudo e elaborado por perito de confiança do Juízo.

Não há, portanto, a presença do nexo axiológico a constituir o direito do autor em receber os benefícios postulados na inicial que pressupõem a existência de nexo causal com o exercício do trabalho.

Logo, não há fundamento para a concessão do auxílio-acidente como postulado na inicial.

Nesse diapasão, em caso análogo, decidiu-se que: Acidente do trabalho - Disacusia Ausência de nexo causal entre a lesão unilateral e o labor executado pelo segurado Laudos periciais que afastam a origem ocupacional da patologia Recurso improvido. (TJSP; Apelação 0043265-06.2009.8.26.0562; Relator (a): Afonso Celso da Silva; Órgão



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
4ª VARA CÍVEL  
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Julgador: 17ª Câmara de Direito Público; Foro de Santos - 1ª. Vara de Acidentes do Trabalho; Data do Julgamento: 27/03/2012; Data de Registro: 21/04/2012).

Em face do exposto, julgo improcedente o pedido.

Deixo de condenar o autor ao pagamento das verbas da sucumbência, tendo em vista a isenção prevista no art. 129, parágrafo único, da Lei 8.213/91.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 03 de maio de 2018.